



A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E O PROCESSO URBANO:

O Caso do Reassentamento da Favela do Maruim e a Expansão do Porto em Natal/RN

Flávia Monaliza Nunes Secundo Lopes

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

flaviamnsl@hotmail.com

Vinicius Bezerra de Moraes Galindo

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

modeladoria@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre a dinâmica denominada por David Harvey de *Acumulação e o Processo Urbano*, tomando como caso de estudo o processo de remoção e reassentamento da população da Favela do Maruim para o Residencial São Pedro, ambos em Natal/RN. De acordo com o entendimento de Harvey, existe uma relação dialética entre a evolução do sistema capitalista e o desenvolvimento das cidades, na qual ambos se alteram mutuamente, num constante processo de construção, destruição e reconstrução. Uma das dinâmicas existentes nessa relação apontada pelo autor se dá quando o fluxo de investimentos do capital migra do primeiro para o segundo circuito, na tentativa de evitar *crises de sobreacumulação*, passando a interferir diretamente no ambiente construído e transformando-se no que o autor denomina de *capital fixo*. Nesse sentido, a análise aqui presente identifica relações entre essa dinâmica apresentada por Harvey e o referido caso na Cidade do Natal, no qual foram promovidas alterações urbanas (ainda em andamento). Tais alterações foram financiadas com dinheiro público por meio de grandes programas nacionais (PAC e PMCMV), tiveram a participação direta da iniciativa privada e provocaram diversas mudanças no meio urbano local, assim como na sociedade. Questiona-se, ao observar o caso em questão, até que ponto as cidades são construídas, destruídas e reconstruídas em função de absorver excedentes de capital, na tentativa de evitar *crises de sobreacumulação*.

Palavras-chave: *Acumulação e o processo urbano; Favela do Maruim; Porto de Natal.*



ACUMULAÇÃO E O PROCESSO URBANO

Em diversas de suas obras, David Harvey (1989) teoriza sobre a dialética existente entre o processo de urbanização e o sistema de produção capitalista. Para tanto, o autor analisa como o capital se tornou urbanizado e quais as consequências dessa urbanização. Em acordo com a teoria de Marx e analisando o movimento existente no sistema capitalista (circulação de dinheiro, bens e força de trabalho), Harvey destaca a importância e a extrema complexidade das dinâmicas de tempo e espaço, para apontar o que entende como ponto geral dessa questão: “a circulação de capital é um movimento geográfico no tempo” (HARVEY, 1989, *tradução livre*, p.19). Nesse sentido, o autor afirma que o fluxo de capital necessita de uma coordenação, ou seja, da produção de um ambiente adequado a tais dinâmicas; de um tipo específico de urbanização. Em função dessa especificidade, Harvey afirma que antes mesmo que o capitalismo pudesse assumir o controle direto sobre a produção e o consumo, foi necessária a criação de um ambiente que desse suporte à suas atividades. As cidades, que já existiam antes do surgimento e da consolidação do sistema capitalista, precisaram passar por transformações para que este pudesse ser plenamente efetivado.

No entanto, as transformações realizadas no meio urbano não se limitaram às iniciais, necessárias à consolidação do sistema de produção capitalista. Harvey explica que, em nome da permanente necessidade de obtenção de lucro, que por sua vez exerce uma pressão permanente no aumento da produtividade em função do tempo, também existe uma pressão sobre o espaço. A competição inerente ao sistema exige a eliminação de barreiras espaciais, a *aniquilação do espaço pelo tempo*, visando a obtenção de lucros. Isto resulta diretamente na alteração do espaço urbano, que deve se conformar a tal exigência. Segundo Harvey, “construir uma capacidade para o aumento da eficiência da coordenação no espaço e no tempo é uma das maiores características da urbanização capitalista” (HARVEY, 1989, *tradução livre*, p.22).

Em função dessa relação, Harvey entende que a evolução do processo de urbanização e do próprio sistema capitalista acontece simultaneamente, num processo dialético de criação, destruição e recriação mútua e constante. O autor destaca o ponto que considera mais relevante nessa relação, em função do qual realiza sua argumentação e análise a respeito dessa dialética: o *processo de acumulação*. De uma maneira muito simplista, posto que não é



objetivo do presente artigo se aprofundar nessa conceituação, entende-se que, em acordo com a teoria de Marx a respeito do funcionamento geral do sistema capitalista, o processo de acumulação é resultado da premissa básica da eterna busca por mais valia, a qual tem como consequência a geração de excedentes. Essa teorização afirma que uma parte do excedente obtido nesse processo deve ser reinvestida no sistema produtivo (denominado por Marx como o *1º circuito do capital*), sempre preservando a busca por mais retorno financeiro. Isso resulta na *sobreacumulação*, que seria uma espécie de excesso de excedentes. O que fazer então, quando há mais excedentes do que a capacidade que o próprio sistema de produção tem de absorver investimentos?

Aqui entra o que Marx definiu como o *2º circuito do capital*, que seria quando o fluxo de capital excedente é investido em *capital fixo* e no *fundo de consumo*. De acordo com o entendimento de Harvey (1989), esta migração do capital para o 2º circuito é feita na tentativa de evitar uma *crise de sobreacumulação*. Em relação ao capital fixo, o autor distingue duas formas de investimentos: o capital fixo empregado diretamente no processo de produção; e o destinado a funcionar como uma estrutura física voltada para a produção. Este último é denominado pelo autor como *ambiente construído para a produção*. Em relação ao fundo de consumo, Harvey também identifica dois tipos de investimentos: aqueles mais diretamente voltados ao consumo em si, (bens como geladeiras, máquinas de lavar etc); e aqueles voltados a uma estrutura física voltada para o consumo. O autor denomina o último como *ambiente construído para o consumo*. Harvey destaca ainda que o *capital fixo*, investido em *ambiente construído*, “é imóvel no espaço, no sentido de que o valor nele incorporado não pode se mover sem ser destruído” (HARVEY, 1989, *tradução livre*, p.64). Isto posto, entende-se que a realização de investimentos de capital no ambiente construído é feita em função da própria dinâmica do sistema capitalista, com o objetivo de evitar crises de sobreacumulação, mas também com a premissa de obter sempre um retorno financeiro; ademais, tais investimentos se concretizam em mudanças e conformações no meio urbano e na sociedade.

Sabe-se que, por se tratar de um tema bastante complexo, a produção do espaço urbano nesse diálogo com o processo de acumulação precisa ser analisada com mais profundidade. No entanto, direcionando o foco para um dos tantos aspectos dessa temática e de acordo com os propósitos e limitações deste artigo, aceita-se a assertiva de Harvey que, em diversas de suas obras, demonstra como o investimento de excedentes de capital no 2º circuito, na tentativa de evitar *crises de sobreacumulação*, alteram diretamente o espaço



urbano. Tal investimento, seja na construção de uma infraestrutura voltada para a produção e/ou para o consumo (rodovias, ferrovias, esgotamento sanitário, usinas, habitação, etc), seja na promoção de profundas *transformações urbanas* (em nome do turismo, do sanitarismo, da requalificação, da qualidade de vida, ou de qualquer que seja a sedutora justificativa da vez), na verdade representariam tão somente uma forma de absorver os excedentes de capital, em busca por uma maior probabilidade de retorno financeiro do capital investido.

Para demonstrar essa relação de maneira mais objetiva, Harvey (1989) identifica um *modelo cíclico* de investimento no ambiente construído e, mesmo considerando que há especificidades inerentes a cada conjuntura, afirma que

cada crise global do capitalismo foi de fato precedida pelo movimento massivo de capital para o investimento em longo prazo no ambiente construído, numa espécie de última tentativa em encontrar usos produtivos para o rapidamente sobreacumulado capital (HARVEY, 1989, *tradução livre*, p.78).

Dentro dessa problemática, se destaca ainda a participação do Estado em todo esse processo. Não se pretende, neste artigo, discutir os diversos papéis que o Estado pode assumir dentro dessa dinâmica, estratégias e arranjos de mediação e participação popular e/ou de entidades representativas da sociedade. A abordagem a respeito do envolvimento do Estado considerada na presente análise se limita a identificar o potencial do mesmo na referida dinâmica, que pode tanto atrapalhar quanto facilitar o movimento geográfico dos fluxos de capital. Considera-se obviamente que a gama de atores envolvidos em tais processos é bastante diversificada e varia imensamente de caso a caso, sendo necessária uma análise contextual específica de cada realidade para se apontar conclusões mais contundentes. No entanto, entende-se o papel do Estado na mediação da atuação dessas diversas forças como de grande relevância, em qualquer que seja o cenário em questão. Além disso, entende-se ainda que, dentro de um sistema capitalista, os estados (seja em nível nacional ou local) estão inevitavelmente concorrendo uns com os outros.

Nesse sentido, Harvey aponta que o Estado, também visando absorver os fluxos de capital, se esforça por criar as condições favoráveis à acumulação dentro das suas fronteiras, o que leva ao entendimento de que

o “sucesso” de um determinado Estado (nacional ou local) frequentemente é medido pelo grau em que capta os fluxos de capital, cria as condições favoráveis à acumulação do capital dentro de suas fronteiras e garante uma elevada qualidade de vida diária a seus habitantes (HARVEY, 2011, p.161).



Embora reconhecendo que esse entendimento se refere a uma dinâmica de caráter mais amplo no envolvimento entre o Estado e o capital (oferecer atrativos como isenção tributária no intuito de tornar um território mais atraente para a instalação de uma fábrica, por exemplo), entende-se que essa relação estabelece níveis e formas de aproximação que influenciam as inúmeras situações existentes. Isso ratifica a relevância do papel desempenhado pelo Estado na dinâmica com o capital e suas consequências para o desenvolvimento do meio urbano e para a sociedade. Frente aos questionamentos apresentados neste artigo, a determinação dos objetivos da atuação do Estado (facilitar e atrair o fluxo de capital para seu território, por exemplo), frequentemente entra em choque com outros objetivos existentes (os anseios e necessidades da população, por exemplo), também considerados como metas e mesmo obrigação para este mesmo Estado.

Considerando mais especificamente o caso analisado no presente artigo, entende-se que a atuação do Estado local (no âmbito do município de Natal), está fortemente condicionada pela atuação do Estado em nível nacional. A criação do PAC¹ e do PMCMV², abordada mais à frente neste artigo, apresenta-se totalmente inserida no debate aqui considerado, referente à relação entre o Estado e o capital, em função da dinâmica da acumulação e absorção de excedentes de capital e suas consequências no processo urbano. Por mais que o poder público municipal não dialogue diretamente com o grande capital no caso em questão, entende-se que o mesmo ainda se insere nessa mesma dinâmica, não apenas desempenhando um papel como parte de todo o processo, mas exercendo também um diálogo em nível local, com atores que representam os mesmos objetivos, mesmo que em outra escala e/ou contexto. Por meio desse diálogo, o Estado local passa a ser também ator de grande relevância nessa dinâmica.

Diante do exposto até aqui, retoma-se os questionamentos apresentados neste artigo: até que ponto as cidades estão sendo produzidas, destruídas e recriadas, em função unicamente de absorver *excedentes* de capital, oriundos do *processo de acumulação*? Que consequências surgem desse cenário, para o espaço urbano e para a sociedade? Dentro desse contexto, aponta-se no presente artigo a situação da remoção da Favela do Maruim, na Cidade do Natal/RN, por entender que este caso se apresenta como um exemplo da referida dinâmica entre a acumulação de capital e o processo urbano. É necessário dizer que a escolha pelo

¹ Programa de Aceleração do Crescimento

² Programa Minha Casa Minha Vida



referido caso considera suas especificidades dentro dessa dinâmica e entende que a conceituação apontada até aqui não pode ser analisada por meio de uma transcrição direta desses conceitos para a realidade em questão. Há muitos aspectos e pormenores que devem ser analisados com maior profundidade para que se tenha um diagnóstico mais complexo e, conseqüentemente, completo. No entanto, entende-se que tais aspectos não retiram o caso escolhido do escopo em análise, tampouco diminui a relevância da observação aqui proposta. A respeito disso, é relevante ainda apontar o caráter aparentemente mundano do caso em questão, como um de seus maiores potenciais. Entende-se que casos *pequenos* como este também devam ser analisados com atenção à luz dos conceitos aqui apresentados, por acreditar que tais análises ajudarão a entender melhor como essa dinâmica (identificada na teoria e nas análises em nível mais macro) acontece de fato, cotidianamente, nas diversas e complexas realidades locais. Entender os diversos atores envolvidos e identificar as especificidades desses casos mais pontuais certamente ajudam na construção de um maior entendimento sobre a problemática em questão.

O CONFLITO ENTRE O PORTO E A FAVELA DO MARUIM

Se o espaço – fruto de um saber racional ou não - é um artefato modelado com base em um modo de produção social (capitalista), então a sociedade desigual brasileira mostrou-se (e mostra-se) dramaticamente eficaz em produzir cidades injustas, com um claro padrão de segregação social (VILLAÇA,1999; FERREIRA, 2014; CARMO,2014). As favelas surgem como expressões desse contexto de descontinuidades sociais, econômicas e políticas. Representada através de um habitat de sobrevivência simplificado ao extremo; é a opção para quem não são dadas opções; uma arquitetura sem arquitetos que monta seu espaço como consegue, partindo da construção de um abrigo precário, para posteriormente vê-lo evoluir para uma complexidade espacial e simbólica (PASTERNAK, 2008).

As favelas começaram a surgir no Brasil do final do século XIX para o começo do século XX (VALLADARES, 2005; SANTOS, 1980), “mas sua proliferação se dá com particular pujança nos núcleos urbanos metropolitanos no período que vai do começo dos anos de 1930 até o final da década de 1950” (SANTOS,1980, p. 24), com destaque para a



década de 1940 e o surgimento da Lei do Inquilinato³ associado ao crescimento demográfico da época (DANTAS M.,2013). Em Natal, com a chegada das tropas norte-americanas em 1942, e o número abundante de imigrantes que vieram para a cidade atraídos pelo progresso atrelado a ofertas de emprego; a população da cidade aumentou consideravelmente, junto a isso, houve um agravamento dos problemas urbanos existentes, incluindo a falta de moradia e alojamentos (ALMEIDA,2005; DANTAS A.,2003). Tendo em vista a necessidade ocasionada pelo salto populacional, o setor da construção civil encontrou terreno fértil para explorar:

A grande procura por hospedagens, pensões, hotéis e casas para se alugar, impulsionou a construção de habitações, ao mesmo tempo em que inflacionou os preços das locações, negligenciando a Lei do Inquilinato instituída em 1942, que congelava esses valores. Eram quotidianamente publicadas nos jornais locais em circulação, ordens de despejo e notas sobre os exorbitantes aumentos dos preços de aluguéis. (ALMEIDA, 2005, p.78)

O crescimento do setor de construção civil fez subir o valor dos produtos relacionados à área, o que refletia no aumento dos preços dos aluguéis. A crise de moradia se refletia de forma mais cruel para as classes menos abastadas. O modo de produção do espaço, baseado na hegemonia capitalista, exacerbava o sentimento da necessidade de progresso, e a pobreza das ocupações irregulares eram vistas como problema:

A presença desse “indesejáveis” (FERREIRA et al., 2003 *apud* ALMEIDA, 2005) também tiveram como efeito o comprometimento da situação de higiene de muitas localidades da cidade, que se encontravam “(...) tristes e [com] sujas tapetas (...)” (SANEAMENTO..., 1944, p.04 *apud* ALMEIDA,2005), dentre elas: Rocas, Alecrim, Morro Branco, Carrasco, Canto do Mangue e Guarita. (ALMEIDA, 2005, p.81)

A favela do Maruim emerge nesse contexto, formada à margem sul do Rio Potengi, na localidade hoje conhecida como Canto do Mangue - nas adjacências da área portuária de Natal/RN – tem as primeiras referências datada da década 1940, apesar de alguns registros já aparecerem desde a década de 1920 (LIMA,2015)(Figura 01). Teve como um dos marcos principais da sua ocupação a Colônia de Pescadores. Seu traçado orgânico exalta sua gênese autoconstruída, com características de vila de pescadores.

O terreno, pertencente ao Patrimônio da União, foi sendo ocupado a princípio por casas de taipa e palha, em precárias condições físico-ambientais, tendo sido ignorado seu risco de inundação em função da proximidade com a área de mangue. Inicialmente os moradores eram predominantemente pescadores humildes vindos em

³ Promulgado em 1942, o decreto-lei do inquilinato, instituiu o congelamento dos valores locativos e regulamentava as relações entre proprietários e inquilinos, uma medida de grande alcance e que provocou grandes consequências na produção, distribuição e consumo de moradias populares. O congelamento dos aluguéis reduziu drasticamente o lucro dos investidores. Estes, por sua vez, passaram a investir em venda de imóveis. O alto valor das vendas, gerou uma escassez de imóveis compatíveis com as rendas dos trabalhadores e agravou a crise de moradia (BONDUKI, 2002)



geral do interior do Estado, que tinham o rio como fonte de sobrevivência a partir da pesca artesanal (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008, p. 169).

A falta de acesso a moradias, gerada pela própria organização social da cidade, empurra essas populações para ocupações em terrenos residuais da cidade, o espaço é organizado pelos moradores da maneira que é possível. A aparente desordem e a falta de infraestrutura física que geram algumas situações de insalubridade, reforçam a alcunha de patologia social que esses lugares carregam, acalorada ainda mais por uma necessidade de modernização do espaço representada por uma ordem física que teria como resultado uma ordem social.

Ações de reassentamento no Brasil surgem nesse cenário, da necessidade de representar no espaço os avanços tecnológicos, sem levar em conta uma sociedade preexistente. Amplamente difundidos entre a década de 1960 e 1980, o reassentamento surgiu como alternativa para retirada da população de favelas, com a intenção básica de livrar a área de enclaves de pobres indesejáveis, deslocando a população para habitações construídas em massa baseada em uma ordem geométrica, comum nesse tipo de conjunto moderno (VALLADARES, 2005).

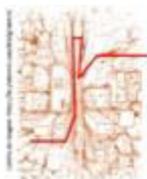
Uma curiosa lógica desse espaço predomina: que ele se vincula ilusoriamente à informatização e oculta, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos. Além disso, parece que essa lei ou esse esquema do espaço com sua lógica (homogeneidade-fragmentação-hierarquização) tomou um alcance maior e atingiu uma espécie de generalidade, com efeitos análogos, no saber e na cultura, no funcionamento da sociedade inteira. (LEFEBVRE, 2010, p. 7)

A Favela do Maruim sempre esteve na pauta de um possível conflito urbano. Sua localização economicamente privilegiada na cidade e a adjacência ao Porto de Natal, fizeram com que essa população constantemente fosse alvo de uma possível mudança de local. A necessidade, explicitada pelo Porto de Natal através da CODERN⁴, de ampliação da sua área de armazenagem, teria como pré-requisito básico a remoção da Favela da área. Inúmeras tentativas nesse sentido foram feitas ao longo do tempo:

Em 1997 a CODERN solicitou a regularização da área que ocupava e daquela a qual tinha interesse, que corresponde também ao espaço ocupado pela Comunidade do Maruim, à Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU/RN), sem lograr êxito. (LIMA, 2015, p. 65)

Em 2000, esse debate ganha força através do Projeto de Reabilitação Urbana da Ribeira, elaborado pela Prefeitura de Natal:

⁴ Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Gerenciadora do Porto de Natal/RN.



No ano 2000, a Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, por meio do Setor de Patrimônio Histórico – SPH, desenvolveu o Projeto Ribeira, de Reabilitação Urbana. Esse projeto englobaria uma série de propostas pontuais para o bairro, que compreendia diversos subprojetos dentre os quais: Largo do Teatro, Urbanização da Praça Augusto Severo e Entorno, e Urbanização do Canto do Mangue, Reassentamento da Favela do Maruim, Projeto de Ampliação do Porto de Natal e Terminal Turístico de Passageiros. Estes dois últimos foram apresentados pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN⁵ (CAVALCANTE e BORGES, 2004, p.13).

As investidas da CODERN na área, a partir de então passaram a ser mais efetivas. Em 2005 a Companhia encabeça uma nova solicitação da área, desta vez à Superintendência do Patrimônio da União em Brasília-DF com um novo texto:

A ampliação das atividades do porto de Natal necessita da instalação de uma linha da cabotagem e de linha (s) de longo curso de navios porta contêineres para a Europa e para a costa leste os Estados Unidos. Para consolidar a linha de cabotagem é necessária a construção de um armazém com área mínima de 5.000 m², conforme pleito de armadores, e para viabilizar linha (s) de longo curso precisa-se de uma área mínima de 10.000 m², para armazenagem e circulação de, no mínimo 400 contêineres, requisitos que dão sustentação a este pleito (Carta DP-337/2005 *apud* TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008, p. 182 e 183).

Por coincidência (ou não) a área que o Porto precisaria para a ampliação coincidia com a área da Favela. O forte apelo econômico que embasava o discurso de ampliação para a modernização do Porto, foi o mote principal para que propostas começassem a tomar forma por parte do Poder Público Municipal. Em 2008, a área foi decretada pelo Plano Municipal de Redução de Riscos - PMN⁶ (2008), como de risco moderado, por se tratar de um local insalubre, com risco de alagamento e invasão da maré. Desvalorizar para expulsar: tudo confluía a favor do discurso da “necessidade” de remoção da Favela da área. O poder público municipal se apoia no discurso que seria bom para o avanço econômico da cidade e para a população do Maruim, que a partir de então deixaria de viver em condições insalubres.

A criação do PAC em 2007 e do PMCMV em 2009 favoreceu a conjuntura. Criados em resposta à crise mundial, os programas buscavam aquecer a economia do país e girar o capital naquele momento. Com o investimento do Estado em obras públicas, eles conseguiriam assegurar o lucro das empresas privadas e gerar empregos no setor da construção civil. Conversas entre a CODERN e a Prefeitura de Natal começaram a ganhar uma forma concreta. Algumas propostas ineficazes adotadas anteriormente foram abortadas para dar lugar a propostas financiadas por recursos dos Programas Federais, sempre no

⁵ Responsável pela administração do Porto de Natal.

⁶ Prefeitura Municipal de Natal



sentido de efetuar um reassentamento da Favela do Maruim em um conjunto habitacional a ser construído, para viabilizar a ampliação do Porto.

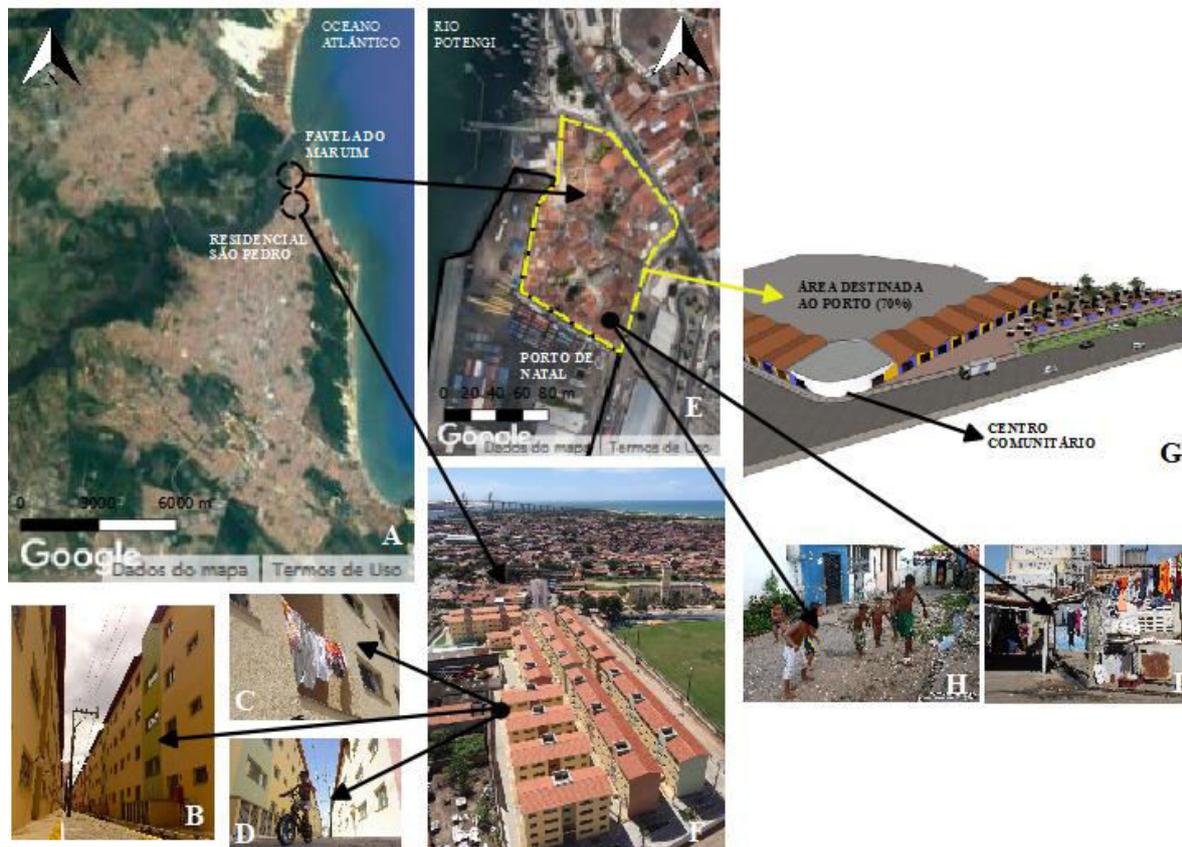


Figura 01: (A) – Mapa de Natal com a Localização da Favela e do Residencial São Pedro; Fonte: Google,2013, Editado pelos Autores; (B,C,D) – Fotos Do Condomínio São Pedro; Fonte: (B,D) SOUZA,2016; (C) LOPES,2017; (E) Vista de topo da Favela e Porto de Natal; Fonte: Google, 2013, Editado pelos autores; (F) Condomínio São Pedro; Fonte: SOUZA, 2016; (G) – Projeto para área remanescente; Fonte: Arquivo próprio; (H,I) Práticas cotidianas da Favela do Maruim; Fonte: Arquivo próprio.

Em 2013 a proposta foi resolvida através de uma operação conjugada entre os Programas PAC e PMCMV, com dois vieses ; (i) o primeiro seria a construção de um condomínio de apartamento, no mesmo bairro da Ribeira, à 700m do local de origem da favela, completamente financiado pelo PMCMV – Faixa 01; (ii) na área remanescente (onde existia a favela), seriam mantidos os comércios da borda que formam o Canto do Mangue (30% da área), e toda a área habitacional seria removida e destinada para o Porto de Natal (70% da área), na área remanescente ainda seria construído um centro comunitário destinado à população da favela que trabalha com o trato de pescados, essa ação seria realizada através de recursos do PAC com contrapartida da Prefeitura de Natal (Figura 01).



Em 2014 começou a ser construído o Residencial São Pedro em uma ação que envolveu a Prefeitura, a Caixa Econômica Federal (gerenciador do processo), e uma empresa privada do ramo da construção civil (responsável pela execução da obra). O condomínio conta com 200 unidades habitacionais, distribuídas em 25 blocos de 4 pavimentos:

A importância do projeto não se dá apenas pelo número de unidades habitacionais, mas também pelos contextos social e econômico em que está inserido. A remoção da comunidade do Maruim, além de garantir moradias dignas para seus habitantes, vai permitir a ampliação do Porto de Natal e da movimentação de mercadorias no local. Esta expansão abre uma nova perspectiva de geração de empregos e renda para a população da capital potiguar. (NATAL, 2016)

Em 2016 as obras foram concluídas. Atualmente, as famílias que residiam na Favela do Maruim estão sendo realocadas para o condomínio São Pedro, a área da favela está sendo esvaziada para dar espaço à ampliação do Porto e a construção do centro comunitário do trato de pescados, previstos para acontecer em 2017.

O QUE É PROBLEMA E O QUE É SOLUÇÃO?

Uma vez apresentada a situação do caso do Maruim, retoma-se o que foi apontado no início deste artigo a respeito da dinâmica entre o sistema capitalista e o processo urbano, para se realizar a análise aqui proposta. No entanto, antes de se expor mais diretamente as relações identificadas com aquela dinâmica, entende-se pertinente apontar observações sobre o caso em questão, no sentido de apresentar um outro olhar sobre o problema. Isso se faz necessário após serem percebidas diversas contradições nos argumentos existentes no caso de estudo. Tais contradições levam ao questionamento não apenas sobre o que foi adotado como solução, mas sobre o próprio problema em questão (ou melhor: o que foi apontado como tal).

A começar pelo argumento em prol da necessidade de expansão do Porto de Natal, entende-se que o mesmo é bastante questionável. Obviamente que a questão requer uma análise mais consistente, sobretudo dos aspectos econômicos e da produtividade em geral da cidade e do estado do Rio Grande do Norte. No entanto, sabe-se que a localização atual do Porto de Natal não é das mais estratégicas. Há inúmeros problemas de acessibilidade, sobretudo às grandes rodovias que ligam a capital às demais cidades do RN e a outros estados. Outro problema é o fato de o porto estar inserido numa área de preservação histórica, com sítios históricos tombados pelo IPHAN-RN⁷, o que limita bastante as intervenções na área, necessárias a uma adequação em função de uma suposta ampliação. Há ainda o fato de

⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



que existem dois grandes portos, construídos há pouco tempo, modernos, com grande infraestrutura de apoio e com capacidade e importância operacional internacional, um no Ceará e outro em Pernambuco, o que leva ao entendimento de que o Porto de Natal não teria, hoje, condições de competir com esses dois polos portuários. Finalmente, há que se apontar ainda o tamanho e a relevância da expansão proposta para o próprio Porto de Natal, uma vez que a área em questão não apresenta grandes dimensões. Considerando tudo isso, admite-se que o Porto de Natal certamente será beneficiado com a expansão, mas questiona-se se tal expansão é, de fato, necessária. Tal questionamento ganha relevância ao contrapormos os benefícios gerados para o porto com suas consequências, para a sociedade e para a cidade.

Outro argumento questionável na análise do caso em questão é a respeito da própria Favela do Maruim. Diz-se que a comunidade está localizada em área de risco e com condições insalubres, discurso esse tão comum a praticamente todos os casos que envolvem favelas nas cidades brasileiras. E, seguindo a mesma linha de tantos outros, a proposta é sempre pela remoção das famílias, que seriam realocadas em condomínios habitacionais a construir. Cabe aqui mencionar que o caso em questão se destaca de tantos outros, uma vez que a realocação da comunidade se deu num terreno bastante próximo à localização original, o que não acontece na maioria dos casos dessa natureza. Ao contrário, o procedimento mais adotado é a relocação das famílias em terrenos muito distantes dos originais, o que causa impactos bem maiores. No entanto, mesmo considerando essa peculiaridade do caso em questão, questiona-se a argumentação que defende a retirada das famílias do local de diversas maneiras: a área original é mesmo de risco? Toda ela? Se sim, não haveria um meio de realizar uma requalificação urbana na área, para que não houvesse necessidade de remoção e assim preservando ainda mais os vínculos (entre outras tantas questões) que os moradores já possuem, há anos, com o local? Aliás, a respeito disso, em praticamente todo o processo envolvendo o caso do Maruim, a comunidade ficou de fora dos debates e das decisões. Por que isso aconteceu, se eles são parte diretamente afetada e, obviamente, interessada no assunto?

Ainda em relação à Favela do Maruim, questiona-se o argumento de que a comunidade não poderia permanecer no local, devido ao mesmo ser de propriedade da União. A contradição existente em tal argumento se torna explícita a partir do momento em que a CODERN solicita a posse do terreno à União. Por que o mesmo não poderia ser feito, dando posse à comunidade? Às pessoas que já moram há anos naquele local? Entende-se que já



existe há anos um sentimento de apropriação, de vínculo, da comunidade com o local em questão. Qual seria então o critério por trás do entendimento que não reconhece a legitimidade da posse de um terreno da União para a sociedade; mas reconhece e defende como legítimo o pleito da posse daquele mesmo terreno, à CODERN?

Por fim, há ainda a questão do financiamento para toda essa operação. A questionável ampliação do porto e a construção do novo conjunto habitacional foram/serão financiadas com verba federal, ou seja, pelo Estado. Assim como a cessão (caso ocorra) do terreno, hoje pertencente à União. Em nível local, o Estado age apenas como mediador da aplicação da dinâmica nacional. Dessa forma, percebe-se claramente que o Estado está financiando toda essa solução apresentada para o suposto problema da área em questão. No entanto, questiona-se: quem está sendo beneficiado com esse financiamento? A sociedade, ou o capital privado? Que papel o Estado estaria desempenhando nesse caso? Em função de que objetivos, que prioridades? Embora se reconheça que a sociedade também esteja sendo, em certa medida, beneficiada ao receber do Estado as novas moradias no conjunto residencial construído, questiona-se qual seria esta medida. E o que ela representa, principalmente quando comparada aos benefícios gerados para os entes privados envolvidos no processo.

TUDO GIRA EM TORNO DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL?

Ressalta-se novamente o entendimento de que a dinâmica apontada no início deste artigo a respeito da dialética entre o sistema capitalista e o processo urbano não pode ser simplesmente transplantada diretamente, da teoria para a prática, a fim de justificar toda alteração urbana. No entanto, após a análise aqui realizada, pode-se reafirmar a influência existente dessa dinâmica nas práticas de gestão e desenvolvimento urbano, mesmo em casos tão pontuais e específicos, de pequenas dimensões e impactos locais, como é o caso do Maruim. Entende-se que os atores envolvidos são específicos, muitos e complexos, que há diversas dimensões a serem consideradas, cada uma delas com sua complexidade a se analisar; mas aponta-se que todo esse conjunto não se contrapõe à dinâmica apontada no início deste artigo. Ao contrário, apenas se configura como parte dela.

Foi relatado que a situação do Maruim já existia há anos, sem grandes alterações nos entendimentos dos atores envolvidos. O Estado e a CODERN possuíam e mantiveram o mesmo posicionamento sobre o que era problema e o que era solução, no entanto nada era efetivamente feito. O que acabou com essa estática foram os dois programas federais aqui



apontados: o PAC e o PMCMV. Entende-se que estes programas são exemplos bastante significativos daquela dinâmica mencionada, criados na iminência de uma crise de sobreacumulação (na tentativa de evitá-la), que redirecionaram o fluxo de grandes quantias de capital excedente para o investimento no 2º circuito, mais especificamente no ambiente construído. Tais programas causaram (e ainda estão causando) enormes alterações na realidade urbana brasileira, com grandes consequências, para as cidades e para a sociedade. Ou seja, mesmo entendendo que o caso aqui analisado é bastante específico, pontual e local, percebe-se que foi exatamente aquela dinâmica macro, por meio do PAC e do PMCMV, que promoveu a alteração da realidade existente. Com as devidas peculiaridades aqui apontadas, obviamente.

Nesse sentido, acredita-se que os questionamentos aqui apresentados são válidos e suficientes para se expor alguns entendimentos possíveis sobre todo esse processo. Em síntese, entende-se que o Caso do Maruim é um ótimo exemplo dos conceitos de Harvey apresentados no início desse texto: trata-se de transformações urbanas realizadas em função da dinâmica do capitalismo. Baseadas sobretudo na necessidade de absorver *excedentes* de capital, ao mesmo tempo em que gera novos excedentes, tudo isso financiado pelo Estado. Utilizando-se de grandes programas de financiamento federais, o PAC e o PMCMV, o poder público, usando dinheiro público, garante lucro ao capital privado, seja na construção do conjunto habitacional, seja na ampliação (e posterior operação) do porto, tudo isso desconsiderando a opinião e os anseios da população envolvida (bastante impactada). Mesmo considerando que ao longo de todo esse processo existem diversos atores, que podem alterar numa certa medida os resultados finais de cada caso específico, ao que parece os questionamentos apresentados no início desse artigo se confirmam: as cidades e a sociedade são em grande parte transformadas, criadas e recriadas, em função unicamente de absorver excedentes de capital.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. **“Os caminhos da habitação”**: Um panorama geral das intervenções estatais Natal (1889 -1964).2005. TCC (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) -DARQ/UFRN. Natal, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde01122007140621/publico/dissertacao.pdf>>. Acesso em: 10 abril. 2017.

BORGES, Amadja Henrique; BORGES, Jennifer dos Santos. A COERÊNCIA CONFLITUAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE. In: II ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2004, Indaiatuba. **Anais....** Indaiatuba: Anppas, 2004. v. 1, p. 01 - 19. Disponível em: <file:///C:/Users/flavi/Documents/MESTRADO/BIBLIOGRAFIA/amadja_borges.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2016.

CARMO JÚNIOR, João Batista. **A forma do privilégio**: renda, acessibilidade e densidade em Natal-RN. 2014. 305 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/12324/1/JoaoBCJ_TESE.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

DANTAS, Ana Caroline de Carvalho Lopes. **SANITARISMO E PLANEJAMENTO URBANO::** A trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969. 2003. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. Disponível em: <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/AnaCCLD__ate_capitulo4.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

DANTAS, Manuela Lins. **Conflituosidade de direitos e interesses na desocupação e regularização fundiária da Favela do Maruim em Natal/RN**.2013.TCC (Graduação em Direito). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <<http://monografias.ufrn.br:8080/jspui/handle/1/615>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Minha casa, minha vida: notas sobre a responsabilidade coletiva de um desastre urbano. In: ENCONTRO NACIONAL ANPUR - ENANPUR, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais – Sessão Temática – ST7**. Belo Horizonte: Corpo Editorial - ENANPUR, 2015. Disponível em: <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=515>. Acesso em: 20 ago. 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.



HARVEY, David. **The urban process under capitalismo:** a framework for analysis. (p.59-89). In: David Harvey. The urban experience. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

LIMA, Haniel Carlos de Souza. **O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO DA COMUNIDADE DO MARUIM EM NATAL - RN: UM EMBATE ENTRE A IDENTIDADE TERRITORIAL E O CRESCIMENTO ECONÔMICO.** 2015. 110 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/bvn/publicacoes/HanielCSL.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

NATAL. Aquatool Consultoria. Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Org.). **Plano Municipal de Redução de Riscos do Município de Natal.** Natal, 2008. 2 v. Disponível em: <[file:///C:/Users/flavi/Downloads/Vol_1_-_REL_AREAS_RISCO_-_Final\(1\).pdf](file:///C:/Users/flavi/Downloads/Vol_1_-_REL_AREAS_RISCO_-_Final(1).pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2016.

NATAL. PREFEITURA DO NATAL. **Residencial São Pedro garante moradia digna para famílias do Maruim:** Novo condomínio conta com 200 apartamentos. Antiga área da comunidade vai dar lugar à ampliação do Porto de Natal. 2016. Publicado do Portal de Notícias G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/especial-publicitario/prefeitura-do-natal/natal-a-nossa-cidade/noticia/2016/06/residencial-sao-pedro-garante-moradia-digna-para-familias-do-maruim.html>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

PASTENARK, Suzana. A Favela que Virou Cidade. In: VALENÇA, Marcio Moraes (Org.). **Cidade Ilegal.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. Cap. 05. p. 73-108.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual:** a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1980.

TINOCO, Marcelo Bezerra de Melo; SOBRINHA, Maria Dulce Picanço Bentes; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria (Org.). **Ribeira:** Plano de Reabilitação para Áreas Centrais. Natal: Edufrn, 2008. 249 p. Disponível em: <<http://www.gbv.de/dms/tib-ub-hannover/757515452.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

VALLADARES, Licia do Prado. A Invenção da Favela: do mito de origem à Favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do Espaço Sobre o Social Na Metrópole Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 1997, Recife. **Anais...** . Recife: Ufpe, 1997. v. 3, p. 01 - 13. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/efeitos96.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.